



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

E

3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA: 06 HORAS

- Será permitida consulta à legislação brasileira, não-comentada e não-annotada, sendo vedada especificamente a utilização das edições do Código Civil e do Código de Processo Civil anotados pelo Professor Theotônio Negrão.
- Somente serão admitidas referências a outros textos legais, a Exposições de Motivos e a Enunciados das Súmulas de Jurisprudência dos Tribunais, cabendo à Comissão vedar a utilização do material que entender em desacordo com esta norma.
- Admitem-se livros de legislação que tragam mera referência à decisão de declaração de inconstitucionalidade de normas. Não será permitida, no entanto, a consulta a livros que mencionem fundamentos da decisão.
- Será vedada a utilização de material de consulta que contenha folhas ou trechos com anotações ou comentários de qualquer natureza.
- Não será admitida consulta à legislação estrangeira.
- Não será permitido o uso de qualquer processo eletrônico de consulta à legislação ou de aparelhos que permitam aos candidatos qualquer tipo de comunicação de voz ou de dados, como celulares, rádios e similares, nem de líquido corretor, caneta tinteiro, hidrográfica ou fluorescente.
- O descumprimento das normas acarretará a exclusão do candidato, na forma do artigo 19 do Regulamento do Concurso.

Rio de Janeiro, 13/08/2011



Prova de Direito Processual Civil

1ª Questão (vinte e cinco pontos)

Em ação ordinária, com pedido de obrigação de fazer, movida contra o Município do Rio de Janeiro, foi proferida tutela antecipada na sentença de 1º grau, condenando o réu na obrigação indicada na inicial, a ser satisfeita no prazo de 90 dias, sob pena do pagamento de uma multa diária de R\$ 100,00. O Município interpôs apelação contra a sentença solicitando a reforma do julgado, com a declaração de improcedência do pedido formulado na inicial e, em requerimento subsidiário, fosse eliminada a multa diária. O recurso foi recebido apenas no efeito devolutivo, sendo julgado 360 dias depois de publicada a sentença de 1º grau. O acórdão da Câmara Cível reformou a sentença apenas para reduzir o valor da multa para R\$ 50,00. Transitado em julgado o acórdão 450 dias depois de publicada a sentença de 1º grau, o Município do Rio de Janeiro cumpriu a obrigação de fazer justamente no dia seguinte àquele em que a sua condenação se tornou definitiva. A parte autora, desejosa de cobrar do réu a multa diária, peticionou, após o trânsito em julgado, requerendo a citação do Município para o pagamento da quantia de R\$ 31.500,00 (R\$100,00 x 270 dias + R\$ 50,00 x 90 dias) no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. O Juiz mandou citar na forma do pedido. Uma vez citado, o Município do Rio de Janeiro oporá embargos de devedor. Pergunta-se:

- (a) Qual o prazo que o MRJ dispõe para opor os referidos embargos e como se conta esse prazo?
- (b) Poderia o Município, com chances de êxito, sustentar, em sua peça processual, que a multa diária não seria devida?
- (c) Em observância ao princípio da eventualidade, na hipótese de se entender devida a multa diária, o que o Município poderia alegar a título de excesso de execução?
- (d) O que se deveria arguir contra a pretensão do exequente de que o pagamento seja feito em quinze dias, sob pena de penhora?



2ª Questão (vinte e cinco pontos)

Em ação proposta contra vários réus, em litisconsórcio necessário unitário, que meios de impugnação são ofertados pelo sistema processual brasileiro para a impugnação de sentença de procedência transitada em julgado, que esteja maculada pela ausência de citação de um dos litisconsortes?

3ª Questão (vinte e cinco pontos)

Exponha o candidato os argumentos favoráveis e contrários à denúncia da lide do servidor público estável, pelo Município, na ação de indenização contra este proposta pela vítima do ato ilícito praticado pelo primeiro.

4ª Questão (vinte e cinco pontos)

Em ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Prefeito, tendo por objeto lei municipal maculada pela vício de iniciativa em matéria reservada à competência privativa da Chefia do Executivo, o Órgão Especial do Tribunal, por maioria, julga improcedente o pedido.

(a) Qual(is) o(s) recurso(s) cabível(is) contra a referida decisão colegiada e o(s) respectivo(s) prazo(s) de interposição?

(b) Tem o Município legitimidade para recorrer da decisão em apreço?

(c) Em se tratando de ação de controle concentrado de constitucionalidade, cuja decisão de mérito produz efeito *erga omnes*, caberá desenvolver em capítulo próprio de eventual recurso extraordinário a repercussão geral da matéria envolvida?

(d) A decisão da Presidência do Tribunal de Justiça que inadmite recurso extraordinário contra o aludido acórdão de improcedência do pedido em apreço, com base em acórdão paradigma do Supremo Tribunal Federal proferido em sede de repercussão geral, desafia recurso? Qual (ais)?

(e) Cabe à Presidência do Tribunal de Justiça negar seguimento a recurso extraordinário sob o fundamento de inexistência de repercussão geral da matéria envolvida? Que meio(s) de impugnação tem a parte interessada contra essa eventual decisão presidencial?

Justifique todas as respostas.